

LÍNGUA; VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

LANGUAGE: VARIATION AND CHANGE

Jackson Cícero França Barbosa

UFPB - jacksoncfb@gmail.com

Henrique Miguel de Lima Silva

UFPB - henrique.miguel.91@gmail.com

Marli Hermenegilda Pereira

UFRRJ - hpmarli@terra.com.br

Resumo. Ao considerarmos a perspectiva variacionista da língua, o componente referente à mudança é destacado como um fator inerente ao sistema, oportunizando certa urgência em termos de revisão de construtos, para que se levem em consideração aspectos relacionados à dinamicidade linguística. Nesse ínterim, nosso estudo reúne princípios básicos que regem noções de mudança linguística a partir de diálogos entre os conceitos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972; GONÇALVES, 2002; LUCCHESI, 2004; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006; MOLLICA & BRAGA, 2008; BAGNO, CASSEB-GALVÃO, 2017; entre outros) e do Funcionalismo Linguístico de origem norte-americana (HOPPER, 1991, 1998; NEVES, 2004; HOPPER & TRAUGOTT, 1993, 2003, 2005). Objetivamos, assim, contribuir para uma compreensão didática do fenômeno da variação linguística abordado a partir da sociolinguística variacionista. Através de uma pesquisa bibliográfica, em âmbito descritivo, esquematizamos reflexões a partir do quadro teórico-epistemológico da mudança linguística, por via de levantamento das noções preliminares necessárias à compreensão do fenômeno em tela.

Palavras-chave: Mudança. Sociolinguística. Funcionalismo.

Abstract. When considering the variationist perspective of language, the component related to change is highlighted as a factor inherent to the system, providing an opportunity for a certain urgency in terms of revising constructs to take into account aspects related to linguistic dynamics. In the meantime, our study gathers basic principles that govern notions of linguistic change from dialogues between the concepts of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 1972; GONÇALVES, 2002; LUCCHESI, 2004; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006; MOLLICA & BRAGA, 2008; BAGNO, CASSEB-GALVÃO, 2017; among others) and American Linguistic Functionalism (HOPPER, 1991, 1998; NEVES, 2004; HOPPER & TRAUGOTT, 1993, 2003, 2005). We aim to contribute to a didactic understanding of the phenomenon of linguistic variation approached from the standpoint of variationist sociolinguistics. Through a descriptive bibliographic research, we outline reflections from the theoretical and epistemological framework of linguistic change, through a survey of preliminary notions necessary to understand the phenomenon in question.

Key words: Change. Sociolinguistics. Functionalism.

1. Introdução

Ao longo das últimas décadas, os estudos linguísticos vêm desvelando um gigantesco arcabouço teórico-metodológico que permite, aos mais diferenciados interessados, reflexões sobre diversificadas questões que permeiam o universo da língua(gem) no âmbito de sua estrutura, uso e de sua relação com a sociedade. Nesta direção, sabemos que as línguas naturais apresentam um dinamismo inerente, o que vale dizer que elas são heterogêneas por natureza. Não é raro encontrar a este respeito, mais de uma forma a um mesmo referente, seja no nível do vocabulário, seja no nível da semântico-pragmático; morfossintaxe e/ou da fonético-fonologia de uma língua.

A compreensão de que, na língua, fatores externos e heterogêneos são determinantes para sua mudança é o que sustenta a noção de variação, tão cara à Sociolinguística. Nesse diapasão, considera-se, também, o surgimento dos postulados da Sociolinguística Variacionista para dar conta dos processos de variação e mudança linguística conforme veremos ao longo do texto.

Ao enfatizar a heterogeneidade das línguas, o modelo variacionista rompe com pressupostos clássicos da Linguística, instaurados a partir de Saussure, que, por sua vez, defendia que a língua era homogênea e que competiria ao linguista estudar as regularidades desde sistema fechado considerando sua ordem linear, bem como a frase enquanto limite de análise para, sem seguida, construir uma teoria que desse conta da relação entre sistema e homogeneidade e estrutura e estudo sincrônico.

Assim, no estudo aqui apresentado, através de pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, propomos uma discussão historiográfica do quadro teórico-epistemológico da mudança linguística, a partir de levantamento das noções preliminares necessárias à compreensão do fenômeno em destaque. Objetivamos, com base no exposto, reunir os princípios que regem a mudança, desde a perspectiva da Sociolinguística, até as reflexões em âmbito funcionalista.

Para a Sociolinguística, a noção de variação é paratática à de mudança, uma vez que ambas as noções se preocupam com os fenômenos que constituem um complexo estrutural de origens e níveis diversos. Há variáveis internas e externas à língua (LABOV, 1957). No primeiro tipo, podemos arrolar os aspectos fonomorfofossintáticos e lexicais. Esses fatores internos e externos ao sistema linguístico levam em conta o nível do significado e do significante, bem como os diversos subsistemas morfológicos, sintáticos, semânticos, fonéticos e fonológicos da língua. No segundo tipo, encontram-se agrupados os fatores inerentes ao indivíduo (como sexo, idade, etnia), os sócio-geográficos (região, escolarização, nível de renda, profissão, classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão comunicativa).

Essa inserção por Labov (1957) das variáveis sociais – sexo; idade; escolaridade - dentro dos estudos linguísticos rompe, assim, com o princípio de autonomia da língua enquanto sistema invariável e fechado conforme proposto por Saussure (1913). Reconhece-se o caráter dinâmico das línguas como um reflexo da movimentação da organização social. Consideramos, com base na Sociolinguística também, dentro dessa relação entre fatores lingüísticos e extralingüísticos postulados alçados pela teoria funcionalista - as contribuições de Givón (1983), Hopper (1991; 1996; 1998; 2003), Hopper e Traugott (2005), Traugott (1980).

Os estudos propostos por Givón (1983); Hopper (1991; 1996; 1998; 2003), Hopper e Traugott (2005) e Traugott (1980) concebem a relação entre língua e sociedade veem a língua estando sempre a serviço da interação. Além disso, os autores destacam que a língua enquanto

fenômeno, encontra-se em constante transformação, não devendo, portanto, ser considerada um objeto autônomo, mas uma estrutura decorrente das pressões da estrutura da língua e da própria organização social, proveniente, dessa maneira, de situações reais de interação que exercem grande influência sobre sua estrutura linguística, conforme discutiremos a seguir.

2. Implementação da teoria da mudança linguística: o paradigma sociolinguístico

O sistema linguístico, sob uma perspectiva tradicional, está atrelado à ideia de gramática como elemento procedural: delimita normas, organiza um padrão, reveste-se de uma tradição. Geralmente se acrescentam, ainda, à aceção de língua-gramática, outras características originadas de uma influência estrutural: de homogeneidade, arbitrariedade, autonomia e regularidade.

Abordagens mais atuais – como os modelos baseados no uso (LANGACKER, 1987; BARLOW & KEMMER, 2000; BYBEE, 2010), por exemplo – sustentam fatores atrelados à dinamicidade das línguas, como dito anteriormente, reconhecendo que os sistemas correntemente mudam a partir de elementos externos, ligados intimamente a razões cognitivas. Nessa concepção, estruturas assumem novos papéis na empreitada sintático-organizacional da língua e até mesmo se recriam e se especializam, se reanalisam. Tudo isso a partir de escolhas linguísticas nos usos interativos dentro de um determinado tempo.

Consideramos o conceito de mudança linguística proposto por Weinreich, Labov e Herzog (2006), que a destacam enquanto processo que se inicia mediante a generalização de uma alternância num dado subgrupo da comunidade de fala que toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada. Os autores destacam, ainda, que a generalização da mudança linguística não se realiza de maneira uniforme e instantânea, uma vez que nela se envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e ainda, está refletida na difusão de isoglossas por área do espaço geográfico. (BAGNO, CASSEB-GALVÃO, 2017, p. 15)

A mudança linguística e o que dela se entende não se revelam dentro de um construto recente. Desde as primeiras reflexões acerca do método histórico-comparativo¹ até as aceções sobre sistema e estrutura das línguas como Labov (1957) esse processo se apresenta em diversificadas abordagens. Saussure já previa que esse aspecto deveria ser considerado:

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o linguista que queira compreender esse estado deve fazer *tabula rasa* de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. [...] A intervenção da História apenas lhe falsearia o julgamento. (SAUSSURE, 2012, p. 123)

1. O estudo chamado histórico-comparativo corresponde a um método precedente ao estruturalismo europeu que objetivava investigar a história linguística dos sistemas. Segundo Costa (2012, p. 117), “no início do século XIX, as semelhanças encontradas entre determinadas línguas levaram os pesquisadores a acreditar na existência de parentesco entre elas. As investigações passaram a ter como um de seus principais objetivos o agrupamento dessas línguas em famílias”.

A diacronia e sincronia², necessariamente, não seriam elementos intercambiáveis, mas, por critérios de imanência, suficientemente completos para atender demandas de investigação metodológica. A análise pancrônica³ é timidamente válida. Todavia, possibilitados pela leitura do “Curso”, percebemos que a mudança linguística é contemplada “conforme o arbítrio dos interessados”. (SAUSSURE, 2012, p. 118).

Considerando que Saussure foi o precursor da linguística moderna, em uma perspectiva formalista, bem como, os demais autores que seguiram a premissa de língua enquanto sistema homogêneo e invariável, conforme a mostra Luchesi (2004) ao evidenciar que:

o estabelecimento da noção de estado da língua – ou projeção sincrônica – constitui uma operação crucial na construção de língua como um sistema homogêneo e unitário, porque toda a dinamicidade inerente à relação entre língua e sociedade se efetiva através do tempo, na dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico, através do binômio *variação e mudança*.

Portanto, a variação constitui a atualização a cada momento dos processos de mudanças possíveis na língua, enquanto a mudança constitui uma resultante dos processos de variação linguística. (LUCCHESI, 2004)

Seguindo esta linha de raciocínio proposto por Luchesi (2004), sustentam-se os postulados da Sociolinguística Variacionista, um avanço nos estudos de língua, mas que contempla, geralmente, pluralidade de estruturas linguísticas que competem dentro de um mesmo sistema linguístico, como é colocado por Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 18), a respeito do processo em relevo ser abordado na mencionada corrente linguística:

usando o Idioleto como objeto, a mudança linguística será entendida como mudança no interior do idioleto, seja por processos espontâneos (de dentro pra fora), seja por adoção seletiva pelo indivíduo de traços de idioletos de seus interlocutores.

Em relação ao desenvolvimento “histórico” de uma língua, as abordagens pós-estruturalistas, conforme Luchesi (2004), por exemplo, rompem com a ideia de sua representação a partir de uma sucessão de sistemas discretos, unitários, homogêneos e autônomos conforme proposto por Saussure (2002).

2. A distinção feita por Saussure entre a investigação diacrônica e a investigação sincrônica representa duas rotas que separam a linguística estática da linguística evolutiva. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão, respectivamente, um estado da língua e uma fase de evolução. Assim, enquanto o estudo sincrônico de uma língua tem como finalidade a descrição de um determinado estado dessa língua, em um determinado momento no tempo, o estudo diacrônico (através do tempo) busca estabelecer uma comparação entre dois [ou mais] momentos da evolução histórica de uma determinada língua. (COSTA, 2012, p. 117)

3. Segundo Furtado da Cunha, Oliveira e Votre (1999, p. 0) um processo pancrônico apresenta uma perspectiva diacrônica, já que envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica, já que implica variação que pode ser descrita como um sistema sem referência a tempo. “Uma vez que um elemento linguístico - palavra ou construção - é capaz de adquirir e reter novos sentidos e usos sem perder os antigos, seu estudo requer uma perspectiva pancrônica. Nesse sentido, dizemos que a linguística funcional é essencialmente pancrônica, pois os princípios que a norteiam podem ser aplicados quer aos padrões fluidos do uso da língua que se observam num corte sincrônico, quer aos processos de mudança que se depreendem na trajetória diacrônica”.

Desse modo, passam a considerar um contínuo processo de variação e mudança dentro do sistema, agora encarado como heterogêneo, julgando contexto sócio-histórico e cultural da comunidade de fala como elemento importante. Segundo Lucchesi (2004, p.181):

supera-se, assim, a dicotomia sincronia e diacronia, no sentido que esta havia adquirido no estruturalismo, pois a análise sincrônica da língua, fora do devir histórico, não encontra mais fundamentação empírica. Em todo momento em que se considere a língua no presente, o sistema linguístico deve ser concebido como um sistema de regras e unidades variáveis, como a atualização do contínuo processo de variação e mudança que se opera ao nível da estrutura linguística.

Neste sentido, a mudança está atrelada à noção de variação e, embora esta última seja reconhecida pelos pesquisadores da linguagem há alguns séculos, somente a partir dos trabalhos de William Labov (1957). é que variação e mudança começam a ser estudadas de forma sistemática pela Sociolinguística Variacionista. Segundo Mollica e Braga (2008, p. 9-10):

A Sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal das línguas, passível de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais. Tais fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistematicamente e estatisticamente.

Weinreich, Labov e Herzog (2006) sugerem que um modelo de linguagem que acomoda os fatos do uso variável e seus determinantes sociais conduz a descrições mais adequadas da competência linguística e naturalmente conduz a uma teoria da mudança linguística que ultrapassa os paradoxos da variação enquanto processo individual ou do próprio sistema da língua com os quais a linguística histórica tem se debatido.

Dessa forma, temos como exemplo a proposta de Chomsky (1957), ao sugerir que se visse a gramática como uma teoria das sentenças e a linguística como uma teoria das gramáticas. Os referidos autores outorgam um construto que dê conta da Mudança linguística, a partir de duas propostas:

1. Versão forte – a teoria deverá predizer/prever, a partir da descrição de um determinado estado de língua num determinado momento do tempo, a direção do desenvolvimento que a língua poderá seguir num intervalo específico.
2. Versão mais fraca (mais modesta) – uma teoria da mudança linguística deverá indicar que uma determinada língua está constantemente submetida a mudanças e deverá formular restrições na transição de um estágio de língua para outro imediatamente subsequente. Deve prever que nenhuma língua assumirá uma forma que viole os princípios universais. (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006, p. 34)

Neste desenvolvimento epistemológico, os autores ainda criticam, bem como fazem oposição ao gerativo que via a língua como um objeto homogêneo e, ao mesmo tempo irrealista, representando um retrocesso em relação a algumas teorias não formalistas, capazes de acomodar os fatos da heterogeneidade sistemática. Ao fazer isto, os autores contribuem com os estudos lingüísticos, ao oferecer um novo panorama a partir do conceito de língua enquanto sistema heterogêneo.

As contribuições de Weinreich, Labov e Herzog (2006) ainda destacam dois aspectos. O primeiro deles é um ponto importante nas concepções instauradas, ao enfatizarem que, antes de tentar firmar uma teoria da mudança linguística, é necessário ver a língua como um objeto que possui heterogeneidade ordenada. É um problema a resolver: se uma língua tem de ser estruturada de forma a funcionar eficientemente, como as pessoas continuam a falar enquanto as línguas mudam, isto é, enquanto ela passa por períodos de menor sistematicidade? A solução seria uma ruptura com a identificação entre homogeneidade e estrutura. Nesse ínterim, a heterogeneidade -característica inerente ao sistema – não é decorrência de multidialetalismo ou meramente um problema de performance. A heterogeneidade é parte integrante da competência linguística.

Quanto à noção de mudança, também são evidenciados aspectos ligados à fluidez de categorias gramaticais, considerando os critérios semânticos e pragmáticos nas reflexões sintáticas. O discurso é um dos pontos importantes nesse contexto, fazendo com que a noção de mudança ganhe um *status* funcional (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006).

Os aspectos sincrônicos e diacrônicos, são, portanto, critérios que propiciam o evento que trataremos na seção subsequente, chamado de gramaticalização, nos termos de Hopper e Traugott (2005). Na análise sincrônica, o processo em relevo se legitima quando se verifica a trajetória por meio da qual um item lexical, em determinados contextos, torna-se gramatical, observando as origens das formas gramaticais e *cline* das mudanças que as afetam.

Em relação à análise diacrônica, o fenômeno sintático é colocado em destaque, a partir de um molde discursivo-pragmático, visto que envolve padrões fluidos de uso linguístico. Nessa perspectiva, Barros (2012) aponta para as evidências acumuladas em diferentes estudos (como em KUTEVA, 2001) que ressaltam a importância de uma visão pancrônica, para que seja viabilizada uma maior generalização acerca das mudanças por gramaticalização.

A acepção de pancronia a que recorrem muitos estudiosos (COSERIU, 1967; LABOV, 1995; FURTADO DA CUNHA et al., 1999; FERREIRA et al., 2000; entre outros), como prevista por Saussure (2012, p. 111), diz respeito à consideração de aspectos contínuos na análise gramatical, em que as ocorrências diacrônicas correspondem a um conjunto de sincronias que não são olhadas discretamente, tanto como isoladas, estanques.

Vicente (2009, p. 25) ressalta que, nessa perspectiva, “há possibilidade de utilizar o recurso de estudar obras sincrônicas e inferir, no conjunto, uma regularidade pancrônica. É o que normalmente se faz com obras lexicográficas representativas de variadas sincronias”.

Para Martelotta (2011, p. 36), acreditar nesta noção é “possível já que aceitamos o fato de que se produzem transformações fonéticas regulares, por exemplo, podemos admitir que esse fenômeno se apresenta como um aspecto constante da linguagem, ou seja, uma de suas leis”.

Portanto, os estudos propostos por Weinreich, Labov e Herzog (2006) contribuem, diretamente, para o estabelecimento de uma nova abordagem nos estudos lingüísticos: a criação

do paradigma funcional para os estudos da língua, isto é, das teorias que consideram o uso e a sociedade como componentes que influenciam no comportamento linguístico.

3. Mudança linguística e o paradigma funcionalista

Martelotta (2011) analisa a natureza dinâmica das línguas a partir de reflexões que veem seu funcionamento em eventos de interação, nos quais a comunicação é um fator responsável pela dinâmica inerente à mutabilidade dos sistemas linguísticos. Na perspectiva da Linguística Funcional Baseada no Uso, Martelotta (2011) propõe que o aspecto correspondente à concepção de mudança linguística se instaura a partir do reconhecimento do dinamismo conferido ao sistema linguístico, deixando de lado acepções que se restringem às noções de autonomia, heterogeneidade e imutabilidade, para conferir *status* às que caracterizam as línguas como dinâmicas, icônicas, motivadas e em constante transformação (LUCHESE, 2004).

É importante nessa abordagem Sociolinguística, que focalizamos o componente criativo da linguagem humana, indicando o papel primordial no desenvolvimento e no uso da linguagem, desempenhado por determinados processos mentais que são inerentes à nossa espécie.

Quando fala em Sociolinguística, Martelotta (2014) lança conceitos sobre como esta área se revela, enfatizando o fator interativo-conversacional, a habilidade linguística dos indivíduos e os momentos de uso/interação.

O papel da cognição é também colocado, mostrando uma “preocupação com os processos de gramaticalização e com a relação entre esse fenômeno e o desenvolvimento das construções gramaticais, que refletem as regularidades de uma língua” (MARTELOTTA, 2011, p. 73). Disso, surgem questões como a noção de regularidade da mudança, a teoria da inferência sugerida na mudança linguística e algumas considerações sobre a noção de construção gramatical.

Martelotta (2011, p. 32) assegura que a mudança é “um fator inerente às línguas naturais que se desenvolvem para veicular a comunicação entre os seres humanos”. Com base nesses pontos, suas reflexões tornam evidentes processos naturais relacionados ao dinamismo dos sistemas linguísticos, considerando a perspectiva acerca das trilhas teórico-metodológicas relativas ao processo de mudança por gramaticalização, como trataremos a seguir.

3.1. Mudança por gramaticalização

Como é sabido, as primeiras transformações que originaram a incorporação do termo gramaticalização nos estudos de variação lingüística são atribuídas a Meillet, por volta de 1912, quando este assegurava que havia um “processo gradual de transição entre as classes de palavras”, apontando a “atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo” (PEREIRA, 2005, p. 29).

Pereira (2005) afirma, ainda, que a noção mais difundida da gramaticalização é a que prevê o desenvolvimento de formas gramaticais a partir de itens lexicais plenos. Diacronicamente, as categorias secundárias (preposição, conjunção, pronome etc.) originaram-se de categorias primárias como substantivos e verbos. Uma extensão dessa definição admite a possibilidade de que formas menos gramaticais evoluam para formas mais gramaticais.

Para Neves (2004, p. 17), “o estudo do processo de gramaticalização encontra abrigo privilegiado no funcionalismo por refletir influência do sistema gramatical do funcionamento discursivo”. A autora estende sua reflexão ao que postula Du Bois (1985) sobre a gramaticalização ser um fator de equilíbrio entre forças em competição, equilíbrio, afinal, que permite a própria existência da gramática.

Martelotta (2011), a este respeito, afirma que os fenômenos de gramaticalização e lexicalização são específicos da mudança lingüística, além disso, o autor enfatiza-os como processos graduais distintos, mas que apresentam características semelhantes no que diz respeito à direção natural da mudança que veiculam. Para o primeiro, a definição é sustentada como um “processo de mudança linguística unidirecional”, no qual itens lexicais e construções sintáticas, a depender do contexto, passam a assumir funções gramaticais e quando estão gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. São apresentados alguns exemplos para categorizar o processo de gramaticalização através de tópicos como (i) passagem de vocábulo para afixo; (ii) passagem de verbo pleno para auxiliar; (iii) passagem de advérbio para conjunção; (iv) passagem de advérbios de modo para modalizador; (v) passagem de advérbios de modo para marcador discursivo; (vi) fenômenos de mudança consequentes de gramaticalização.

A noção de gramaticalização está atrelada à de constante transformação do sistema linguístico a partir da dinamicidade da gramática e de sua emergência. Nesse sentido, Barros (2012, p. 20) defende que, numa perspectiva funcionalista, o interesse pela mudança decorre do próprio pressuposto de que “as línguas naturais são sistemas flexíveis, heterogêneos, constantemente moldados pelas exigências comunicativas dos usuários e pela forma de organização do discurso”.

Já a lexicalização realiza-se como um processo contrário do que é verificado na gramaticalização (o item lexical > gramatical), sendo defendida como processo criador de novos itens lexicais, de forma referencial, menos produtivo (MARTELOTTA, 2011). Atribuímos aos estudos de gramaticalização o surgimento da noção de gramática emergente atestada por Hopper (1998), que indica a necessidade de voltar-se para as questões relacionadas ao discurso, pois a partir deste as análises gramaticais são moldadas levando em consideração os componentes funcionais oriundos de usos em momentos de interação.

A noção de Gramática Emergente significa que a estrutura, ou regularidade, vem do discurso e é moldada por ele em um processo contínuo. Nesse sentido, gramática é simplesmente o nome de certas repetições de categorias observadas no discurso. A gramática não é um pré-requisito para o discurso. Suas formas não são fixas e emergem da interação face-a-face, no sentido de que refletem a experiência individual passada que os falantes têm dessas formas, e sua avaliação no contexto atual, incluindo especialmente seus interlocutores, cujas experiências e avaliações podem ser bem diferentes. (HOPPER, 1998, p. 156)⁴

4. “The notion of Emergent Grammar is meant to suggest that structure, or regularity, comes out of discourse and is shaped by discourse in an ongoing process. Grammar is, in this view, simply the name for certain categories of observed repetitions in discourse. It is hence not to be understood as a prerequisite for discourse, a prior possession attributable in identical form to both speaker and hearer. Its forms are not fixed templates but emerge out of face-to-face interaction in ways that reflect the individual speakers’ past experience of these forms, and their assessment of the present context, including especially their interlocutors, whose experiences and assessments may be quite different.” (HOPPER, 1998, p. 156).

Associada a tal perspectiva, a mudança por gramaticalização, além de ser motivada por aspectos envolvidos na comunicação, portanto funcionais, se dá pela observância do surgimento de novas funções para formas que já existem, ou formas existentes perdem sua unicidade categorial e passam a assumir categorias mais fluídas, ou ainda, formas passam a fixar-se em lugares – na ordenação sintagmática –, que outrora não condiziam com sua característica de constante deslocamento. São estes, apenas, alguns exemplos de como esse fenômeno se manifesta em um sistema linguístico.

Assim, Hopper e Traugott (2005, p. 15) conceituam gramaticalização como um “processo pelo qual itens lexicais e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”. Em outras palavras, o exposto subjaz ao entendimento deste processo ser atrelado a “uma concepção de língua como atividade no tempo real e a postulação de que, a rigor, não há gramática como produto acabado, mas sim em constante gramaticalização”. (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 15)

A noção de língua emergente é herdada dos postulados de Hopper (1991). O autor sugere que novas formas para novas funções estão sempre emergindo. Nesse caso, defende que os processos que levam à gramaticalização não são distintos dos que possibilitam uma mudança semântica. Sendo assim, apresenta ferramentas que auxiliam na aferição dos graus de gramaticalização e fixa estas como importantes critérios e pontos de partida para análises de itens lexicais.

Hopper (1991) propõe cinco princípios que relacionam aspectos sincrônicos e diacrônicos a processos pragmático-discursivos, relativos à competência comunicativa, os quais regem a gramaticalização em sua forma inicial:

- **Estratificação (layering):** Em um domínio funcional amplo, novas “camadas” estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas. Essa diversidade decorreria do fato de que, ao surgirem as novas formas funcionais, a substituição das equivalentes preexistentes não é imediata ou pode até mesmo não vir a acontecer, trazendo, como consequência, a interação e a coexistência de “camadas” novas e antigas em um mesmo domínio.
- **Divergência:** superpõe-se ao princípio anterior e dita que a unidade lexical que dá origem ao processo de gramaticalização pode manter suas propriedades originais, preservando-se como item autônomo e, assim, estar sujeita a quaisquer mudanças inerentes a sua classe, inclusive sofrer um novo processo de gramaticalização.
- **Especialização:** apresenta relação com o estreitamento da escolha de formas pertencentes a um mesmo domínio, ou seja, relaciona-se com o estreitamento de opções para se codificar uma determinada função, à medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço porque mais gramaticalizada. Uma consequência, indício, portanto, dessa especialização, é o aumento na frequência de uso da forma mais adiantada no processo de gramaticalização.
- **Persistência:** prevê a manutenção de alguns traços semânticos da forma fonte na forma gramaticalizada, o que pode ocasionar restrições sintáticas sobre o uso da forma gramaticalizada.

- **Descategorização:** remete à perda, por parte da forma em processo de gramaticalização, dos marcadores opcionais de categorialidade e de autonomia discursiva.

Quando Hopper (1991) constitui uma espécie de “passos empíricos” que possibilitam a identificação de nuances de gramaticalização, é instaurado um guia para aferição dos processos que envolvem o fenômeno em discussão. O autor ressalta que os processos de mudança principiaados por seus estudos não se restringem meramente a mudanças gramaticais, mas condizem ao seu empenho, na tentativa de mostrar que os limites entre fenômenos lexicais e gramaticais são muito difusos.

Gonçalves e Carvalho (2007, p. 79) relatam que os princípios propostos por Hopper

acentuam o caráter gradual da gramaticalização, uma vez que conferem aos elementos analisados o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizados, não visando, portanto, verificar se eles pertencem ou não à gramática. Em outras palavras, esses princípios não discriminam entre os processos de mudança que resultam em gramaticalização e os que não resultam.

Esses princípios que até aqui foram elencados, geralmente, estão associados a outros processos inerentes à mudança por gramaticalização, não acontecendo de forma abrupta, mas considerando o que se modifica em cada sincronia, em casa uso, em cada frequência, respeitando, ainda, a produtividade aferida por ocasião da modalidade ou gênero em que a forma faz-se presente e é descrita.

Ainda nas abordagens de Gonçalves (2002), os fatores que motivam a gramaticalização são, principalmente, de ordem cognitiva – aqueles que levam em consideração os aspectos contextuais, inclusive. Estes estão fortemente vinculados a estratégias de comunicação, nos processos de interação, em que as formas linguísticas são instauradas e submetidas à análise do uso e frequência, entre as quais a conjugação do desejo de ser expressivo com o “princípio da criatividade”.

Nesses termos, os falantes buscam ideais linguísticos em comum que os façam ser compreendidos, de maneira que tenham fluência e domínio da linguagem utilizada em eventos de comunicação. Estes eventos criam novos instrumentos de comunicação, inovação que, baseada no “princípio da economia”, recrutam formas antigas para novos propósitos, através da extensão de significados pré-existentes, uma vez que uma forma para cada significado seria disfuncional no sistema. Os principais desencadeadores da relação entre os múltiplos sentidos de uma única forma são os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia, com o predomínio da primeira. (GONÇALVES, 2002, p. 31).

3.2. A unidirecionalidade em questão

Martelotta (2010, p. 140), ao conceituar a teoria da gramaticalização, defende que esta não seja uma teoria da linguagem, nem da mudança, mas “uma teoria do desenvolvimento das formas gramaticais”, tendo seu estudo centrado na descrição do modo como os elementos gramaticais surgem através dos tempos.

Neste sentido,

Entendendo princípio como um preceito, uma lei geral, determinante da constituição/identificação de um fenômeno, parece que ao processo de gramaticalização só poderia ser atribuído um único e fundamental princípio: o **princípio da unidirecionalidade**, verificável, como hipótese, por meio da atuação dos vários **mecanismos**, partes constitutivas do fenômeno da gramaticalização, que, num sentido “lato”, podem também ser entendidos como suas causas ou motivações. Em outras palavras, os mecanismos considerados atuantes num processo de gramaticalização (*bleaching*, reanálise, analogia, “erosão” fonética, gradualidade do processo, aumento de frequência de uso etc), se concluído ou em curso, são regidos pelo princípio da unidirecionalidade, este único e essencial, aqueles variáveis em número e espécie e, portanto, não necessários e nem suficientes para caracterizar um processo de gramaticalização como tal. Assim, necessária se faz a apresentação conjunta dos mecanismos e do princípio que regem a gramaticalização. (GONÇALVES *et al*, 2007, p. 37, destaques do autor)

Barros (2012) delega à gramaticalização um processual percurso pelo qual expressões de significado concreto (formas-fontes) são usadas em contextos específicos para a expressão de significados gramaticais (formas-alvos). Daí decorre uma das principais premissas associadas aos processos de gramaticalização: a unidirecionalidade da trajetória: léxico > gramática, ou seja, do [+concreto > +abstrato] (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 2005), entendida como um processo irreversível, que só pode desenvolver-se da esquerda para a direita. Assume-se, basicamente, que a um estágio A deve seguir-se um estágio B, e não o contrário. Já Gonçalves (2002, p. 32), para reforçar a compreensão de tal princípio, o relaciona metaforicamente a um bisturi “que recorta um tipo específico de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário”.

O autor ainda enfatiza que existem pesadas críticas formuladas ao processo de gramaticalização a respeito da noção de unidirecionalidade. Podemos adiantar que uma delas deve-se ao fato de que alguns estudiosos defendam um “caminho inverso” para o processo de mudança. (GONÇALVES, 2002, p. 31)

A unidirecionalidade, como princípio, implica estágios de mudança já citados, compreendidos como fases que caracterizam a mudança do [*lexical*] > [*gramatical*] ou do [*-gramatical*] > [*+gramatical*].

Pereira (2005, p. 32) defende que esse movimento de um item lexical em direção a uma função gramatical, como insistimos em assegurar, “ocorre de forma gradual e contínua e tem recebido, na literatura especializada, vários rótulos (“*cline*”, “*continuum*”, “*pathway*”, “*channel*”, “*chain*”); o que, de acordo com o que sugerem Hopper e Traugott (1993; 2003), constituem-se como metáforas para rotular fenômenos gramaticais e não supostos elementos neurológicos ou outros elementos de capacidade da língua.

Nesses termos, Hopper e Traugott (1993, p. 95) defendem uma postulação básica, sobre a existência de “uma relação entre dois estágios A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não vice-versa”. Para eles, isso é o que se entende por unidirecionalidade”.

Depreendemos de todo o exposto que a unidirecionalidade, como um princípio importante ao fenômeno de gramaticalização, é considerada uma característica básica do processo de mudança, que se realiza em direção única.

4. Considerações finais

A compreensão da concepção de língua adotada em cada teoria é de suma relevância para compreender seus pressupostos teórico-metodológicos e visa compreender e descrever as alterações dos mecanismos formais e funcionais que regem a estrutura lingüística.

Os autores citados levantam a defesa de que o termo mudança, por sua amplitude, deve ser denominado como “Sociofuncionalista”, uma vez que não existem polarizações conceituais, mas especificidades no manejo do fenômeno investigado.

Com base em nossa exposição, constatamos que há, realmente, uma relação entre as teorias lingüísticas funcionalistas mobilizadas nesse estudo. A Sociolinguística variacionista é firmada como o marco inicial das abordagens sobre mudança, junto ao refinamento teórico que implica a aplicação dos preceitos aos fenômenos no enquadramento sintático-semântico.

É importante destacar que existe uma gama de estudos e abordagens que não foram contempladas em nossa resenha, mas levando em consideração a constatação de que o estudo em tela é bastante promissor, sugerimos que a partir deste exista a viabilização de novas reflexões e análises.

5. Referências Bibliográficas

BARROS, Elzimar de C. M. *Construções modais com “ter”*: gramaticalização e variação. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, 2012.

GONÇALVES, Sebastião Carlos L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade*: um estudo de caso no português do Brasil. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: UNICAMP, 2002.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 17-35.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem*: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola, 2004.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli (orgs.). *Estudos de processos de gramaticalização em português*: metodologias e aplicações. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p. 139-169.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística*: o tratamento da variação. 3.ed. São Paulo : Contexto, 2008.

PEREIRA, Marli Hermenegilda. *Reanálise e gramaticalização de conectores*: uma análise em tempo real. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 34.ed. São Paulo, Cultrix, 2012.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].